

TRABALHOS DE PESQUISA

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O DESAFIO DO EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Maria José Dias de Freitas,¹ José Roberto Brêtas²

SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS: THE CHALLENGE OF EXERCISING
SEXUALITY IN ADOLESCENCE

DERECHOS SEXUALES Y REPRODUCTIVOS: EL RETO EN EL EJERCICIO DE LA
SEXUALIDAD EN LA ADOLESCENCIA

Resumo: O estudo parte de pesquisa qualitativa em escola do município de São Paulo com adolescentes de 14 a 17 anos. O objetivo foi conhecer práticas discursivas sobre sexualidade entre os estudantes. A abordagem teórico-metodológica é a da produção de sentidos do cotidiano, uma forma de trabalhar com a linguagem. Os dados foram coletados em grupos focais, e, para o conteúdo das narrativas, adotamos a análise crítica do discurso. Emergiram violações a direitos humanos e sexuais, que ensejam a necessidade de fomentar políticas públicas de atenção aos adolescentes que visem combater o assédio, a violência sexual e a discriminação.

Palavras-chave: Adolescência. Direitos sexuais e reprodutivos. Violência de Gênero.

Abstract: The study is based on qualitative research in a school in the city of São Paulo with adolescents aged 14 to 17 years. The objective was to learn about discursive practices on sexuality among students. The theoretical-methodological approach is to produce everyday meanings, a way of working with language. Data were collected in focus groups, and, for the content of the narratives, we adopted a critical discourse analysis. Violations of human and sexual rights have emerged, giving rise to the need to promote public policies for the care of adolescents aimed at combating harassment, sexual violence and discrimination.

Keywords: Adolescence. Gender Violence. Sexual and Reproductive Rights.

Resumen: El estudio se basa en una investigación cualitativa en una escuela de la ciudad de São Paulo con adolescentes de 14 a 17 años. El objetivo fue conocer las prácticas discursivas sobre sexualidad entre estudiantes. El enfoque teórico-metodológico consiste en producir significados cotidianos, una forma de trabajar con el lenguaje. Los datos se recolectaron en grupos focales y, para el contenido de las narrativas, se adoptó un análisis crítico del discurso. Han surgido violaciones a los derechos humanos y sexuales, dando lugar a la necesidad de impulsar políticas públicas de atención a los adolescentes dirigidos a combatir el acoso, la violencia sexual y la discriminación.

Palabras clave: Adolescencia. Derechos sexuales y reproductivos. Violencia de género.

¹ Pedagoga. Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professora bolsista da Fundação de apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAPUNIFESP). E-mail: mjddf Freitas@gmail.com

² Psicólogo. Professor orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Especialista em Sexualidade Humana na área de Educação Sexual pela Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: jrsbretas@gmail.com

Introdução

De maneira geral, na socialização de adolescentes, percebemos as dificuldades por parte das famílias, da escola e dos serviços de saúde em lidar com episódios referentes à sexualidade vivenciados por esse grupo. Nessa circunstância são indicadas situações que colocam o adolescente em vulnerabilidade, termo aqui utilizado na perspectiva do conceito originário do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que aponta que, em diferentes níveis, todos são vulneráveis e precisam, em graus diferentes, ser protegidos. Entendemos que

[...] a noção de vulnerabilidade nos leva rapidamente a falar de igualdade, porque nem todos temos a mesma capacidade de resistência, porque nem todos somos igualmente vulneráveis, porque podemos identificar facilmente características que tornam algumas pessoas e grupos mais vulneráveis do que outros (REDE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014, p. 13).

Nessa perspectiva, os adolescentes, devido ao conhecimento incipiente acerca da sexualidade, têm diminuída a capacidade de identificar as situações de risco na vivência da sua sexualidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) dividem a “adolescência” na faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos de idade e a “juventude” dos 15 aos 24 anos; sendo que o termo “pessoas jovens” abrange ambas as faixas etárias, isto é, as pessoas entre 10 e 24 anos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2014; UNICEF, 2011). A OMS (2014) refere que *Age – not the whole story*, isto é, Idade – não é toda a história, sinalizando assim para a complexidade que está envolvida na definição da adolescência. Além disso, apontam que existe pouca consistência entre os países em desenvolvimento para definir a adolescência em termos de papéis etários e sociais. Isso se deve às condições sociais e ao padrão cultural (SAWYER et al., 2012). No entanto, Sawyer e outros (2012) ressaltam a importância de fazer um recorte etário em estudos que envolvem adolescentes, enfatizando que no período de 10 a 19 anos acontecem mudanças significativas, tanto de ordem biológica, psicológica, sociocultural quanto de atribuição social. Estudos caracterizam a adolescência como uma fase marcada por inter-relações entre as dimensões orgânica, psicoemocional e sociocultural, traduzida especificamente por diferentes sociedades e culturas (BRÊTAS; MUROYA, 2009). Essa visão corrobora com teóricos, que entendem a adolescência como categoria construída historicamente (OZELLA; AGUIAR, 2008). Assim, a adolescência é vista como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento de homens e mulheres e, não como um período natural do

desenvolvimento. A escola e a família colocam os adolescentes em posição de submissão, ensinando-os que tudo o que se refere ao corpo, a sua beleza e ao desejo não são adequados. Por conseguinte, nos torna sujeitos em um processo de alienação que culmina na vulnerabilidade a que submetemos os adolescentes.

A configuração que estrutura as famílias e instituições socializa homens e mulheres, incutindo responsabilidades ou funções atribuídas a um sexo ou a outro. Ela acaba por colocar geralmente as meninas em desvantagem, já que as construções sociais de masculinidade atribuem maior liberdade aos meninos. Diante do exposto, são apontados dados importantes acerca da socialização de homens e mulheres, dos quais decorre a relevância de estudos que apontem as consequências de uma educação sexista.

A forma como são incutidos valores culturalmente elaborados na socialização de meninas e meninos, que apontam posturas identitárias e atribuem a cada sexo um *status*, pode ser nociva para o indivíduo. Em decorrência dessa educação atribuída, apresentamos situações vulneráveis como informações escassas acerca da sexualidade e prevenção que expõe a perigos devido à forma como são socializados. Em decorrência desses dispositivos e rituais sociais, percebemos que adolescentes sistematicamente são renegados ao desconhecimento e à falta de autonomia.

Diante do exposto, apontamos razões para o adolescente ser o foco e um objetivo global de saúde. Cerca de um em cada oito partos nos países em desenvolvimento são de mães com idades entre 15 e 19 anos; 44% das mulheres casadas com idade entre 15 e 19 anos nos países em desenvolvimento querem evitar a gravidez, mas menos que uma em cada três delas usam contracepção eficiente (SAWYER et al., 2012).

Na África subsaariana, meninas com idades entre 15 e 19 anos são responsáveis por 25% de todo o aborto inseguro (SAWYER et al., 2012), sendo que a situação brasileira apresentada pelo Ministério da Saúde indica que o aborto inseguro está diretamente relacionado aos índices de mortalidade materna entre adolescentes a partir dos 15 anos (BRASIL, 2010).

Este artigo é uma parte dos resultados do estudo realizado em escola pública de São Paulo com adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos de idade e teve como objetivo conhecer as práticas discursivas sobre sexualidade entre estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Método

Ao escolher a abordagem de pesquisa qualitativa foi reafirmado o nosso comprometimento com a pesquisa como uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social (CHIZZOTTI, 2006). Ao buscar essa forma de investigar, não se pretende negar o rigor e a

objetividade, que foram observados em todas as etapas do estudo. Porém, entendemos que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la (MINAYO, 2007). Na pesquisa qualitativa ocorre uma construção apoiada em ritmo próprio e particular, isto é, a partir de um ciclo da pesquisa que é disposto em um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas indagações (MINAYO, 2007). Esse ciclo de pesquisa está dividido em três etapas: “[...] fase exploratória, trabalho de campo, análise e tratamento do material empírico e documental” (MINAYO, 2007, p. 26).

Este estudo tem como proposta a abordagem teórico-metodológica da produção de sentidos do cotidiano, que é uma forma de trabalhar com a linguagem, fundada na psicologia social, sob a perspectiva construcionista (SPINK; FREZZA, 2004). Ao apresentar a vertente discursiva, busca-se entender como são produzidos os sentidos a partir dos argumentos dos adolescentes referentes a práticas sexuais. Além disso, esse processo amplia a possibilidade de promover um discurso reflexivo acerca da cultura patriarcal, que aponta normas de conduta e verdades universais que assujeitam os indivíduos. Nesse panorama, o construcionismo se apresenta como abordagem teórica e oferece a possibilidade da reconfiguração de produtos culturais e históricos (SPINK; FREZZA, 2004).

O presente estudo trata de um tema emergente da pesquisa denominada “Gênero e sexualidade: práticas discursivas no cotidiano escolar”, avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), inscrito no CEP/Unifesp nº 1101/2015 aprovado sob o parecer nº 1.281.831. Sendo a população deste estudo, em sua maioria, menor de idade, foram assinados e recebidos os Termos de Assentimento Informado Livre e Esclarecido, que garantem a anuência do participante e as autorizações de seus responsáveis, por meio da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado. Dessa forma, confirmamos que todos os procedimentos metodológicos obedeceram aos padrões estabelecidos das normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos.

Na perspectiva de proteger a identidade das pessoas participantes do estudo usamos um código designado por P (pessoa) e números de um a sete, escolhidos aleatoriamente pelas(os) estudantes. Essa determinação se deve ao compromisso de confidencialidade entre pesquisador e pesquisado. Assim, na etapa da discussão dos temas que emergiram a partir do grupo focal, foi adotado para cada identificação inicial um nome da mitologia grega, essa escolha se deve ao caráter divino encontrado nessa etapa do estudo. Nossa gratidão, pois a essas/essas estudantes que compartilharam conosco suas histórias, seu tempo, suas vivências e uma herança que foi

transmitida oralmente para nós. “Platão” chama isso de “Fábulas de ama de leite”, “[...] como aquilo que se passa de uma geração a outra, fora de qualquer ensino oficial, sem transitar pelos livros, para formar uma bagagem de comportamento fora do texto” (VERNANT, 2000, p. 10).

Diante do que foi mencionado, os estudantes foram identificados sob os respectivos nomes fictícios: Nýx (P1, Deusa que representa a personificação da noite); Ártemis (P2, divindade caçadora que combate ao lado dos Olímpios); Hefesto (P3, senhor da forja); Afrodite (P4, a Deusa nascida do mar e da espuma, a presença do divino na terra); Atena (P5, a Deusa inventiva cheia de astúcia); Zeus (P6, o Deus preocupado com a igualdade, soberania comedida, mais equilibrada); Gaia (P7, Deusa que representa a terra, a firmeza e a estabilidade) (VERNANT, 2000).

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de Grupo Focal (GF) e fundamentada nos pressupostos das práticas discursivas, o que faz emergir uma “[...] multiplicidade de pontos de vista das questões norteadoras e processos emocionais [...] e permite a captação de significados que, com outros meios, seriam difíceis de manifestar” (GATTI, 2005, p. 9). A técnica de grupo focal permitiu a interação com e entre o grupo e possibilitou que as pessoas fornecessem respostas com mais qualidade, originalidade e novas ideias com profundidade discursiva. Além disso, permitiu uma observação mais direta com o objeto de estudo e com comportamentos, atitudes, linguagens e percepções do grupo (DEBUS, 1998).

A delimitação do problema foi delineada a partir de quatro questões abertas que nortearam essa etapa do estudo e foram levadas para discussão: a sexualidade de ambos é exercida de maneira igual?; onde você busca informações sobre sexualidade?; quais os desafios enfrentados sobre o seu corpo e o exercício da sexualidade?; qual a sua vivência de acesso aos serviços de educação e de saúde?

Os estudantes foram convidados a participar do GF, sendo que 30 estudantes se voluntariaram para participar. No entanto, devido a demandas de estudos, cursos e ingresso no mercado de trabalho houve desistências. Assim, restaram sete estudantes, cinco do sexo feminino e dois do sexo masculino na faixa etária de 14 a 17 anos de idade que participaram do GF.

O local dos encontros foi na escola pública estadual onde os estudantes cursavam o 9º ano do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, o que favoreceu a participação e interação entre os participantes. A interlocução foi feita a partir de cinco encontros, com o grupo formado por sete componentes, considerado ideal grupos menores para que todos pudessem participar ativamente. Isso aumentou a discussão entre os participantes e promoveu respostas com maior aprofundamento (DEBUS, 1998; GATTI, 2005). A duração de cada encontro de GF respeitou o tempo recomendado, com duração de 60 a 90 minutos (DEBUS, 1998; GATTI, 2005). Para essa etapa do

estudo, foram seguidas as recomendações de utilizar dois gravadores para registrar as discussões, bem como fazer anotações escritas durante a dinâmica (GATTI, 2005). Os encontros foram acompanhados por uma observadora que desempenhou o papel específico de realizar as observações e anotações quando necessário.

O material empírico resultante dos GFs foi discutido sob a luz dos pressupostos do construcionismo, enquanto “abordagem teórica” (SPINK; FREZZA, 2004, p. 23), diante dessa perspectiva oferece a possibilidade da reconfiguração de produtos culturais e históricos. A justificativa da escolha está no rigor que o construcionismo, enquanto alternativa teórica oferece, pois possibilita “[...] explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” (SPINK; LIMA, 2004, p. 102).

Resultados

Aprofundaram-se afirmativas levantadas no decorrer do estudo, como a liberdade sexual dos homens, as experiências íntimas, e, onde e como os adolescentes buscam conhecimento em sexualidade. De maneira geral, os estudantes citam que não aprendem como é cuidar do corpo – o aprendizado acontece sozinho por meio de blogs em páginas no Facebook, revistas teen e, eventualmente, em livros.

Eu leio bastante coisa, eu não conhecia o meu corpo na verdade [...] eu acho que muitas mulheres aprendem sozinhas, com a internet e hoje está ajudando, mas, muitas vezes a minha mãe chegou e conversou comigo, eu acho que ela acha que eu ainda sou muito inocente. [...] Eu leio bastante blogs de mulheres em páginas do Facebook (Nýx, 15 anos, feminino, estudante e trabalhadora).

[...] na minha família eu nunca tive isso, os meus pais nunca foram abertos ficar conversando sobre sexo. Minha mãe, tipo, às vezes falava, mas ela tem medo, o meu pai é o tipo de pessoa que fecha os olhos, ele prefere não saber. Eu posso fazer qualquer coisa [...] (Afrodite, 17 anos, feminino, estudante).

Quando eu menstruei pela primeira vez foi tranquilo, eu não sabia muito como lidar com isso, minha mãe foi suave, me ajudou, deu uns conselhos nessa parte aí eu tive uma orientação. [...] eu busco informações livros depende do assunto, mas em relação ao corpo e sexualidade em blogs, páginas no Facebook. A questão da menstruação eu acho isso extremamente um saco, não gosto disso [...] (Gaia, 14 anos, Feminino).

A perspectiva apontada sinaliza para a inexistência de debate acerca desse assunto e que os responsáveis também não são abertos para conversar sobre sexo e preferem não saber o que os filhos fazem. Os depoimentos exibem a realidade do acesso precário a informações apropriadas sobre o corpo e a sexualidade, dando

visibilidade que o aprendizado da sexualidade tem sido a partir de ferramentas imprecisas de informação. Apenas uma estudante comentou ter conversado com a mãe para saber sobre a menstruação: descreveu que a conversa foi superficial. Ela considera a menstruação “um saco”, possivelmente devido a desconfortos biológicos gerados pelo sangramento excessivo, pelo longo período do ciclo menstrual, e pela dismenorrea (cólica). Todos os participantes do estudo apontaram não receber informações de educação em sexualidade na família, na escola ou no serviço de saúde. A ausência da abordagem da temática da sexualidade na escola faz com que os estudantes busquem a revista *Capricho*, sessão “S.O.S Sexo” como recursos de informação, pois, segundo eles, o índice de gravidez na escola é significativo.

[...] não tem informação nas escolas e deveria ter mais. Na escola não e no serviço de saúde não tem informação. [...] os professores não só de matérias específicas, biologia e ciências, deveriam falar sobre sexualidade, sobre ensinar os homens a colocar uma camisinha porque agora tem três meninas grávidas aqui na escola. E eu acho que isso é falta de informação entendeu, porque se você tem a opção de se proteger ou engravidar ou pegar uma doença eu acho que é mais inteligente você se proteger. Isso eu acho que não tem informação aqui na escola. [...] uso o SUS, mas, eu nunca ouvi falar sobre isso, nunca vi eles fazerem uma “reunião” que vão orientar sexualidade [...]. Porque eu acho que a única coisa que fazem é aqueles folhetinhos [...]. Então é a falta de informação da escola e dos pais (Gaia, 14 anos, Feminino).

Os estudantes citaram que os materiais distribuídos, como folhetos e preservativos, não são adequados, pois não entendem a linguagem e não sabem como utilizá-lo adequadamente.

As violências de gênero e sexual emergiram como uma situação preocupante na vida das estudantes, que citam desde assédio na rua, o compartilhamento de imagens íntimas até situações de serem tocadas sem o seu consentimento no transporte público. A violência sexual é uma preocupação muito grande, tanto das estudantes quanto de suas mães, que vivem amedrontadas devido à insegurança das filhas quando estão na rua e no transporte público. Essa preocupação tem fundamento, visto que as situações de assédio descritas pelas estudantes vão desde não se sentirem confortáveis para usar um short no transporte público até o medo de andar no metrô quando um homem estava atrás da estudante e começou a molestá-la, encostando-se nela.

Você vê as pessoas olhando de uma forma diferente para você, já aconteceu uma vez comigo no metrô. Eu estava no metrô e estava cheio o cara estava atrás de mim, só que ele começou a encostar em mim, mas no momento eu não sabia o que eu fazia, eu simplesmente, eu não sabia o meu negócio era chegar, abrir a porta do metrô para eu sair. [...] Inco-

moda e vai de cada um saber se colocar ou procurar alguém de confiança que possa te ajudar porque realmente é difícil você passar por uma situação e não ter pessoas que ajudem. E o pior é que disseram: porque você não bateu, você não gritou, você não esculachou enfim, eu disse eu não consegui (Afrodite, 17 anos, feminino).

Outro tipo de violência apontado foi o preconceito homofóbico, quando uma estudante usou como exemplo o seu círculo familiar para ilustrar como são compartilhados socialmente os preconceitos.

Tem muitas pessoas preconceituosas aqui e, não tem informação sobre isso. Devemos respeitar quem é diferente. Teve um caso que aconteceu até na minha família. [...] minha prima de 17 anos falou assim; quando passou aquela propaganda do boticário de homossexuais mulheres, ela falou que estava comendo e deu vontade de vomitar no momento que ela estava vendo a propaganda. [...] o pessoal da minha família é da igreja; são evangélicos eles são extremamente preconceituosos [...] (Gaia, 14 anos, Feminino).

Percebemos que dentro da família são gestados os discursos de padrões de feminilidade, masculinidade, relacionamentos e posturas, o que reforça a importância da escola como espaço para desconstruir estereótipos e preconceitos.

Acerca dos desafios enfrentados pelos adolescentes sobre o corpo e o exercício da sexualidade, os relatos foram diversificados. No que se refere à iniciação sexual três estudantes, duas do sexo feminino e um do sexo masculino, declararam que tiveram a primeira experiência sexual na idade entre 14 e 15 anos; duas estudantes, na mesma faixa etária ainda não tiveram relações sexuais e dois estudantes, de 14 e 17 anos, não responderam.

Foram narradas situações em que a família tem uma maior preocupação em regular a sexualidade feminina. Isso se deve ao fato de que decisão de uma jovem ter relação sexual é vista pela mãe como inadequada. Foi perceptível que não ocorreu uma preocupação em saber como foi ou se precisava de algum apoio. Isto é, não houve um diálogo com a intenção de aproximar e acolher essa jovem para uma nova etapa da vida, a sexual. Uma estudante de 14 anos que teve sua iniciação sexual em um relacionamento aberto relatou que o pai teve uma reação hostil, dizendo que ninguém mais ia querê-la por ter sido “usada”. Situação diferente quanto à experiência masculina, que passa despercebida ou sem muita preocupação por parte da família. Acerca do prazer feminino, foi apontada a não possibilidade de gozar durante as relações sexuais, enfatizando que as experiências sexuais das mulheres são muito diferentes das dos homens.

As minhas experiências sexuais eu já tive, perdi a minha virgindade com 15 anos. [...] foi uma coisa assim bastante tranquila eu não tive muito problema com isso. A minha mãe não sabe que eu não sou mais virgem, mas para ela não seria um

choque tão grande quanto foi para a minha irmã, ela perdeu a virgindade com 19 anos [...] deu o maior rebuliço. A minha mãe; “mas, como assim você fez isso”. Enquanto homem eu não vou sofrer essas discriminações, mas eu vou sofrer de outras. Tem outras pelo fato de eu ser negro, ser bissexual (Zeus, 16 anos, masculino, estudante).

[...] eu demorei para contar para a minha mãe e eu precisei saber pedir ajuda para duas amigas. Eu tenho 14 anos ainda. [...] eu não sabia como a minha mãe iria receber porque todas as conversas que a gente teve sobre o assunto o meu pai estava junto. A mãe do meu namorado chegou em mim e falou assim: “você e ele estão transando” [...] eu disse que sim [...]. Esse menino, ele tinha uma namorada antes da gente se conhecer e, ele gosta de “relacionamento aberto”, é um problema porque eu não sou bem assim. Ele tem 18, mas hoje ele não está mais com essa namorada. Ela falou assim, você sabe que ela vai voltar e você pode se magoar - na verdade ela não foi tão carinhosa tão compreensiva ela usou mais de um tom acusador. [...] me deu essa encurralada. Eu falei tenho que contar para a minha mãe, quando contei para a minha mãe ela foi surpreendentemente tranquila, falou que acontece. Se eu me sentir bem, tudo bem. E recentemente acabou que o meu pai veio a descobrir a minha mãe acabou contando e, o meu pai veio com tom acusador, falou que ninguém ia mais me querer porque eu já tinha sido usada. (Choro) (Atena, 14 anos, feminino, estudante e trabalha temporário em tradução).

A expressão de sexualidade bissexual apontada pelo estudante do sexo masculino é dita como uma possibilidade de experimentar situações de dar e receber prazer. Segundo o estudante, quando teve relacionamento com mulheres se preocupou em dar prazer e, entre homens, ele considera essa questão mais tranquila, devido ao conhecimento que vem da experiência heterossexual, do prazer muito mais voltado para os homens.

No entanto, a experiência sexual feminina da estudante apresenta um grande dilema vivenciado: de um lado, o desejo, e de outro a realidade representada por sua mãe, seu pai e pela mãe do rapaz. Uma concebe a “sexualidade contemporânea”, a possibilidade do exercício da sexualidade de maneira independente, mesmo que para as mulheres o número de “parceiros sexuais e as expectativas de cada sexo continuam sendo divergentes” (LHOMOND, 2009, p. 235). Inicialmente, a estudante demorou para contar para a mãe, o pai soube da situação e, com tom ríspido, disse que ela se tornara um ser abjeto, ninguém iria querer ela. A mãe do rapaz chamou a estudante para uma conversa nada acolhedora (acusadora/visão masculina). Disse a jovem: “Você e ele estão transando”, a outra, a namorada, “volta esse mês”. A perspectiva da mãe do rapaz é a visão do masculino, do filho, aparentemente apoia a situação de terem, segundo a estudante, um “relacionamento aberto”.

Ambas as censuras apresentadas, a do pai da estudante e da mãe do rapaz estão pautadas e argumentadas

em visões dominantes estruturadas na ordem social masculina (BOURDIEU, 2012). Essa ordem fornece direitos, imunidades e injustiças, pois faz parte da constituição social que delimita os espaços masculinos e femininos diferenciados em que os privilégios são dados mais aos homens do que às mulheres.

O masculino é defendido tanto pela mãe do rapaz quanto pelo pai da moça, exemplificando como são construídas as relações assimétricas de gênero. O modelo socialmente dominante de masculinidade aponta exemplos e símbolos que reforçam condutas masculinas ao invés de transformá-las. Nem todas as masculinidades são iguais nem se encaixam nos símbolos culturais, pois não se trata de uma fábrica que modela todas as personalidades masculinas (CONNELL, 1995; CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013).

Acerca de quem deve ser responsável na relação sexual sobre a prevenção de Infecção Sexualmente Transmissíveis (IST) ou gestação, todos os estudantes do GF afirmaram que ambos os parceiros devem ser. Entre os estudantes que afirmaram já ter a vida sexual ativa, apenas um do sexo masculino afirmou uso regular do preservativo e uma do sexo feminino citou que utilizou na primeira vez e mostrou empatia pelo relato da colega que citou não fazer questão do uso do preservativo.

[...] não faço questão do uso de preservativo. Apesar de algumas camisinhas romperem eu acho o sexo sem camisinha mais gostoso. Porém, é uma situação complicada, já aconteceu de eu ter que tomar remédio e tudo, mas estamos firmes e fortes e tchau! (Afrodite, 17 anos, feminino, estudante).

O acesso aos serviços de saúde públicos está assegurado à população brasileira e, em específico, aos adolescentes. No entanto, os estudantes relatam a dificuldade de agendar consulta e a qualidade técnica do serviço.

Discussão

Esta etapa do estudo apontou a importância de se reconhecer o exercício da sexualidade em adolescentes e, a veemente necessidade da inclusão de propostas de educação em sexualidade integradas na escolarização. *A priori*, deve-se desenvolver trabalho educativo em sexualidade desde a creche até o Ensino Médio, visando reduzir as vulnerabilidades na vida sexual futura. Nesse entendimento, a educação em sexualidade vai gerar ao adolescente escolhas mais acertadas, reduzindo os riscos de uma iniciação sexual insegura. Corroboramos com os estudos que afirmam a importância de reconhecer os adolescentes como pessoas munidas de direitos sexuais e, para isso, é necessário fomentar atividades educativas em relação ao sexo e ao exercício da sexualidade (BORGES; NAKAMURA 2009; OLIVEIRA et al., 2007). Devido ao estado de vulnerabilidade a que ficam expostos os adolescentes, é necessário

criar mecanismos de atendimento multidisciplinar, em específico os relacionados à educação em saúde, a partir de uma rede de apoio de troca de informações diante das primeiras práticas sexuais.

O controle exercido em relação à sexualidade das meninas está significativamente imbricado com as relações estabelecidas na sociedade, de obediência e de submissão baseada em critérios dogmáticos e de poder. De maneira geral, as pessoas que estão sob essa condição de monitoramento e correção são as mulheres, as crianças e os escolares. Assim, as atitudes do passado permanecem presentes e impregnadas no *modus operandi*. O discurso pedagógico traz consigo um mecanismo de controle para obter a obediência. Essa técnica é realizada a partir de uma educação diferenciada oferecida às mulheres desde a mais tenra idade. Trata-se de uma educação para a submissão, para ter um comportamento sublime, desde o brincar, o modo de sentar-se, vestir-se e comportar-se. De maneira contrária, dos homens é exigido um comportamento de provedor, forte, viril e hostil, sendo que essa conduta é muitas vezes contraditória. Uma vez que não cumpram os padrões exigidos de masculinidade, eles também sofrem a pressão de colegas para se mostrarem mais corajosos e implacáveis, e temem ser taxados de “maricas” (CONNELL; PEARSE, 2015).

De maneira geral, as famílias sentem-se inábeis para lidar com a sexualidade, até porque os pais têm suas próprias dúvidas. Em estudo comparativo é assinalado que os pais não se sentem capacitados ou confortáveis para discutir sobre a sexualidade, ou acreditam não ser necessária essa abordagem porque os(as) filhos(as) não tinham parceiros e, quando acontecia algum diálogo, era referente a conhecimentos e aspectos biológicos da sexualidade, como a gravidez e as ISTs (NERY et al., 2015).

Essa não habilidade das famílias para o diálogo interfere tanto em situações comuns na adolescência como em relação à menstruação; estudos apontam que os desconfortos causados impactam diretamente no desempenho de tarefas, aliados à desinformação e à falta de acesso a tratamentos para minimizar os efeitos indesejados da menstruação (BRÊTAS et al., 2012; KEOGH et al., 2014). Considerando os avanços das ciências da saúde, estudos relacionaram a dor menstrual com as atividades cognitivas, isto é, a dor provoca uma redução geral na performance do desempenho das tarefas, bem como pode interferir na atenção (BRASIL, 2015). Esse abrandamento cognitivo pode causar “[...] interrupções intermitentes na atenção, prejudicando os processos de controle executivo, resultando em um declínio generalizado no desempenho”, semelhante ao que ocorre com as pessoas que são privadas de sono (KEOGH et al., 2014, p. 826).

Acerca do tipo de informação recebida por estudantes nas escolas corrobora com a pesquisa do PENSE (IBGE, 2015), que reportou que 87% dos escolares

receberam informações na escola sobre IST e AIDS (BRASIL, 2015). Os estudantes apontam que buscam conhecimentos sobre sexualidade em sites da internet, blogs e revistas *teens* ou aprendem de forma solitária, isto é, na prática. Esses ensinamentos por si não abrangem a amplitude da educação em sexualidade. Outrossim, os indicadores da educação apontam que, apesar do esforço na formação de professores na graduação, as iniciativas de ensinar gênero e sexualidade são isoladas em algumas disciplinas universitárias (VIANNA, 2014). O estudo realizado sobre os currículos dos cursos de graduação no país, disponibilizados pelo MEC, constataram que a temática da sexualidade é trabalhada em alguma disciplina, em apenas 68 dos cursos de pedagogia de um “universo de um total de 989 universidades”, de maneira isolada e, quando oferecida, é optativa (UNBEHAUM; CAVASIN; GAVA, 2011, p. 8).

Os participantes desse estudo relataram que a primeira experiência sexual foi entre 14 e 15 anos corroborando com estudos recentes que indicam a iniciação sexual entre 11 e 15 anos de idade, com a mediana de 15 anos (GENZ et al., 2017; RAMIRO et al., 2015; TEIXEIRA; TAQUETTE, 2010). As vivências sexuais de homens e mulheres são bastante diferenciadas: existe por parte dos familiares pouco interesse se os meninos iniciaram a vida sexual díspar das meninas. Observou-se que a família tem uma maior preocupação em regular a sexualidade feminina. O corpo feminino é colocado como pertencente ao outro e não à própria mulher.

Entre as diferentes formas de relação afetiva entre adolescentes nota-se a amizade colorida dos anos 1980, para o “ficar” nos anos 1990 e o “pegar” possivelmente instituído a partir da década de 2000 (CHAVES, 1994; OLIVEIRA et al., 2007). As performances desenvolvidas nos relacionamentos afetivos apresentam características específicas, desde a “amizade colorida” que era um breve afeto e a relação sexual sem compromisso (JESUS, 2005). O “pegar” caracterizado por “[...] um ato espontâneo, não repetível, sem compromisso e no qual o interesse físico predomina, quer pela beleza ou pela sensualidade” (OLIVEIRA et al., 2007, p. 500). O “ficar” descrito como um relacionamento que os pares têm “[...] intimidade e uma proximidade maior, se vêem em uma frequência que pode adquirir uma regularidade e até desembocar em um namoro” (OLIVEIRA et al., 2007, p. 500). Enfim, o “namoro” representa uma relação com maior compromisso e oficial frente aos amigos e à família (OLIVEIRA et al., 2007, p. 501). Uma forma de relacionamento afetivo que emergiu neste estudo foi o do tipo aberto. Apesar do temor relatado por duas estudantes acerca do relacionamento que, segundo elas, era do tipo aberto. Isto é, uma relação afetiva e sexual por mais de duas pessoas em que todas sabem da existência uma da outra. No entanto, nesse caso a terceira pessoa do relacionamento, a outra, não sabia. Uma das estudantes citou que a

situação de ter um relacionamento aberto não lhe agradava por causa da preocupação de o parceiro sair e ir a festas com amigos. Mas, mesmo assim, a relação era mantida. Diante desse contexto, relacionamentos que causam insegurança e angústia são configurados como situações de violência socioafetiva, definido como qualquer comportamento que seja prejudicial, que comprometa a integridade física, psicológica ou sexual (LAVOIE; LINE; MARTINI, 2000). Esse tipo de situação gestada dentro do relacionamento afetivo se configura como um tipo de violência crescente, tornando-se uma preocupação para a saúde do adolescente.

Relações inseguras são significativamente nocivas. A violência de gênero nos relacionamentos afetivos reflete negativamente na saúde sexual e reprodutiva, principalmente pelo aumento de situações de exposição a riscos de contaminação e disseminação de IST e AIDS (SOARES; LOPES; NJAINE, 2013). A violência de gênero configura-se como um tipo de poder exercido especificamente contra a mulher, no qual resulte, ou venha resultar, dano físico, sexual ou sofrimento psicológico, incluindo as ameaças, a intimidação e até mesmo a privação arbitrária de liberdade (BRASIL, 2002).

A expressão de sexualidade bissexual apontada por estudante do sexo masculino aponta que a aprendizagem da sexualidade e os roteiros sexuais diferem de acordo com o momento histórico e cultural, tornando-se, assim, produto cultural histórico (GAGNON, 2006). Diante dessa perspectiva, as pessoas aprendem a ser sexuais em culturas específicas. Assim, o estudante aponta um comportamento da conduta sexual por ele vivenciada. O fato é que esses modelos de relacionamentos apresentados são formas de aprendizagem para a vida afetiva e sexual adulta. Nessa perspectiva, essas experiências são integrantes do processo de desenvolvimento afetivo, portanto não podem ser negadas aos adolescentes. No entanto, o exercício da sexualidade ainda é enfrentado com obstáculos, seja pelas violações cotidianas relacionadas ao acesso à saúde sexual e reprodutiva, seja pela negação do direito humano de expressão por homossexuais e bissexuais, homens e mulheres.

Vislumbramos, a partir do relato de um estudante sobre o exercício da sexualidade, a liberdade de contar ao grupo sobre a sua orientação sexual bissexual, dos relacionamentos afetivos, de sua preocupação com o prazer da companheira que teve e da facilidade do relacionamento sexual com meninos. O fato de muitos estudantes não declararem abertamente a sua orientação sexual se deve ao receio de enfrentar o estigma e a discriminação por parte dos colegas e da sociedade (ZAZA; KANN; BARRIOS, 2016). O contato sexual entre pessoas do mesmo sexo, aponta que estudantes ficam inseguros sobre a sua identidade sexual. Essa situação mostra que o desenvolvimento da identidade sexual está ocorrendo na adolescência e não é necessariamente linear.

Os dados corroboram com a literatura científica do uso inferior ou não regular de preservativos em práticas sexuais, fato que aumenta consideravelmente a exposição a IST, AIDS e gravidez (BORGES; NAKAMURA; 2009; GODOI; BRÊTAS, 2015; GONÇALVES et al.; 2015; RAMIRO et al., 2015; TEIXEIRA et al., 2006). Ainda com relação ao tema, é necessário avaliar a dimensão da não adesão do uso de preservativo nas relações sexuais e entender porque essa prática ainda não é bem-sucedida, mesmo que no Brasil diferentes estudos apontem o baixo uso, o conhecimento inadequado da utilização ou ainda a dificuldade de acesso da obtenção de preservativos (BORGES et al., 2016; BRASIL, 2005; ZANATTA, 2013). Uma das estudantes relatou que, por não usar preservativo, necessitou realizar atendimento de urgência, não sabemos quais procedimentos foram necessários, mas nesses casos o Ministério da Saúde disponibiliza a Anticoncepção de Emergência (AE) e profilaxia das IST e HIV. Esse atendimento profilático é um dos direitos do adolescente e uma responsabilidade do profissional, e deve ser utilizado em situações específicas. Consideramos recomendável um estudo mais aprofundado sobre essa questão com vistas a construir estratégias públicas nacionais de educação em sexualidade.

Do relato dos estudantes, despreende-se que o roteiro sexual tem sido voltado para o prazer masculino. A mudança dessa perspectiva pode estar centrada na educação em sexualidade, pautada em objetivos e princípios recomendados pela Unesco (2010), como fornecer e facilitar o acesso a informações precisas, dar oportunidade para explorar valores, atitudes e normas referentes à vivência da sexualidade para a tomada de decisões mais acertadas, estimular a assumir responsabilidade por seu próprio comportamento e a respeitar o direito de outros, assim como, estimular aceitação e empatia independentemente do seu estado de saúde ou orientação sexual (UNESCO, 2010).

Diante disso, o motivo principal a ser alcançado se torna gerar um aprendizado que valorize a preocupação com o desejo mútuo, a igualdade entre os sexos, o respeito e a garantia da expressão livre da sexualidade sem violência, discriminação e imposições. Para uma discussão mais atual, esse aprendizado deve estar em consonância com direitos sexuais e reprodutivos, que fazem parte dos direitos humanos e são garantidos pela Constituição Federal (CF) na legislação brasileira (BRASIL, 1988). Considerando que no art. 227 da CF crianças e adolescentes são reconhecidos como pessoas de direitos, seguida pela *Convenção sobre os Direitos da Criança*, aprovada pela Nações Unidas e Unicef (1989). Nesse período foi criado o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), para atender a faixa etária de 10 a 19 anos. Posteriormente surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) que regulamentou o art. 227 da CF.

Posteriormente a essas conquistas tivemos a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), em 1994, e a IV Conferência Internacional sobre a Mulher, em 1995, em que foram instituídos os direitos sexuais e reprodutivos, e os países signatários ratificaram e se comprometeram a implantar programas em prol da saúde sexual e reprodutiva, além de fomentar a equidade de gênero (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994; NAÇÕES UNIDAS, 1995). O panorama dos direitos sexuais e reprodutivos para os adolescentes visa garantir os direitos básicos de acesso à informação, a serviços de saúde adequados e o direito de exercer livremente a sua sexualidade.

Considerações finais

Os resultados do estudo apontam que a apropriação do conhecimento sobre a sexualidade entre os adolescentes é escassa. As informações vêm de fontes não confiáveis, como consultas a sites na internet, Facebook, Google e revistas *teens*. Constatou-se pelo relato de estudantes a ausência de atendimento educativo junto à escola e à Unidade Básica de Saúde (UBS), dificultando o acesso às informações referentes ao corpo e a sexualidade.

O tipo de relação afetivo-amorosa apresentada por duas estudantes, chamado de relacionamento aberto, não se configurava como tal, pois a terceira pessoa do relacionamento não tinha conhecimento do triângulo. Uma das estudantes afirmou que não gostava de estar vivenciando a situação, porém, disse ela, o parceiro gostava de relacionamentos abertos. Essa configuração afetiva coloca a estudante subordinada à vontade do homem, uma relação assimétrica que não permite exigir uma definição sobre o relacionamento, situação que coloca a mulher em desvantagem no exercício da sexualidade, bem como a deixa vulnerável. Esse comportamento denota a conjuntura que é a submissão do sexo feminino ao masculino. As implicações desse comportamento vulnerável estão intrinsecamente relacionadas à eficácia ou à ausência das políticas, programas e projetos educacionais. Refletir sobre como podemos redistribuir de maneira equânime o poder para as mãos da mulher ainda é um desafio.

As relações sexuais desprotegidas ou sem fazer uso do preservativo regularmente, aliado ao baixo poder de negociação, aumentam as condições de sujeição, subordinação e vulnerabilidade feminina. Apesar de existirem políticas públicas de distribuição de preservativos, a efetividade dessa ação fica comprometida quando não existe uma ação educativa em conjunto. Outra estudante refere “não fazer questão de usar” preservativo e também mantém um tipo de relacionamento aberto nos mesmos moldes da colega citada anteriormente. As situações relatadas apontam pouco conhecimento sobre educação em sexualidade, o que propicia situações de vulnerabilidade.

Uma dessas estudantes precisou fazer profilaxia, devido ao não uso do preservativo. São comportamentos e práticas sexuais de risco que expõem a adolescente a situações com possíveis impactos para a sua vida atual e futura.

O estudante que relatou ter relação amorosa bissexual disse fazer uso de preservativo regularmente e demonstrou tranquilidade em suas escolhas. Tem clareza acerca da importância do prazer nas relações sexuais e, por isso, considera importante se proteger. Diferentemente da literatura, o estudante declara abertamente a sua orientação sexual e relatou não enfrentar discriminação por parte dos colegas – pelo contrário, é uma figura importante em seu círculo escolar.

Os direitos sexuais e reprodutivos são marcos legais e representam um avanço nos direitos humanos, o direito à liberdade de escolha e a garantia de decidir sobre as relações afetivas e sexuais. Ao refletir acerca dos direitos de os adolescentes exercerem a sua sexualidade, nos deparamos com possíveis implicações, tendo em vista a precariedade do atendimento disponível, que compromete a garantia dos direitos.

As instituições que prestam serviços de educação e de saúde devem assumir um novo paradigma, que valorize as ações educativas em sexualidade, e possibilitar ao adolescente acesso a boas informações, para que façam melhores escolhas. Nessa perspectiva, é recomendável promover os direitos sexuais e reprodutivos a partir do envolvimento dos estudantes no planejamento, montagem e implementação das ações. O acesso e o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser facilitado, pois constatamos que existe uma demanda significativa dos adolescentes por serviços de saúde, e eles enfrentam burocracia nesse acesso. A UBS, ao receber um adolescente, deve utilizar protocolos de acolhimento com ambientes agradáveis e atrativos para que esse usuário sinta confiança e coloque aquele lugar como importante em sua vida.

Diante do exposto, as contribuições do estudo constituem-se na apresentação das lacunas existentes na socialização e na proteção de adolescentes, o que sinaliza para a importância de que as políticas públicas sejam aperfeiçoadas visando reduzir as vulnerabilidades e fomentar a equidade de gênero.

Referências

BORGES, Ana Luiza Vilela et al. ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, Supl. fev. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/114204>. Acesso em: 30 nov. 2010.

BORGES, Ana Luiza Vilela; NAKAMURA, Eunice. Normas sociais de iniciação sexual entre adolescentes e relações de gênero. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 94-100, fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000100015&lng=en&nrm=iso

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRÊTAS, Jose Roberto da Silva; MUROYA Renata Lima. Mudanças corporais na adolescência. In: BORGES, Ana Luiza Vilela; FUJIMORI, Elizabeth. (org.) *Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica*. Barueri: Manole, 2009. p. 82-115.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2017.

BRASIL. Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, CEDAW, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. 2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.377%2C%20DE%2013,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%201984.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, caderno n. 3).

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. *Programa saúde do adolescente*. bases programáticas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).

BRÊTAS, Jose Roberto da Silva et al. Significado da menarca segundo adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2020.

CHAVES, Jacqueline. *Ficar com: um novo código entre os jovens*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONNELL, Robert William. Políticas da masculinidade: gênero e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Marília. São Paulo: Versos, 2015.

DEBUS, Mary. (org.). *Manual para excelencia em la investigación mediante grupos focales*. [Pennsylvania: University of Pennsylvania]; Applied Communications Technology, Needham Porter Novelli, 1988.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Cairo: FNUAP, 1994.

GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília, DF: Liber livro, 2005.

GENZ, Niviane et al. Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes. *Texto contexto – enfermagem*, Florianópolis, v. 26, n. 2, e5100015, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000200311&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2020.

GODOI, Maria Limeira de Godoi; BRÊTAS, Jose Roberto da Silva. A prática do sexo seguro no cotidiano de adolescentes. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras*, São Paulo, v. 15, p. 114-123, 2015. Disponível em: <http://sobep.org.br/revista/component/zine/article/215-a-pratica-do-sexo-seguro-no-cotidiano-de-adolescentes.html> Acesso em: 03 set. 2020.

GONÇALVES, Helen et al. Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 25-41, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000100025. Acesso em: 30 nov. 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/default.shtm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

JESUS, Jardel Silva Oliveira de. Ficar ou namorar: um dilema juvenil. *Psic*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 67-73, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142005000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2020.

KEOGH, Edmund et al. The effects of menstrual-related pain on attentional interference. *Pain*, v. 155, n. 4, p. 821-827, Apr. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24486337>. Acesso em: 29 Ago. 2020.

LAVOIE, Francine; LINE, Robitaille; MARTINE Hébert. Teen Dating Relationships and Aggression: An Exploratory Study. *Violence Against Women*, v. 6, n. 1, p. 6-36, Jan. 2000. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/10778010022181688#articlePermissionsContainer>. Acesso em: 1 Sept. 2020.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: EdUNESP, 2009. p. 231-235.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

NAÇÕES UNIDAS; UNICEF. *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989. Brasília, DF: Unicef, 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em: 30 nov. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim: Nações Unidas, 1995.

NERY, Inez Sampaio et al. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 287-292, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002015000300287&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, Denize Cristina et al. “Pegar”, “ficar” e “namorar”: representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 60, n. 5, p. 497-502, out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Set 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Salud para los adolescentes del mundo: Una segunda oportunidad en la segunda década: resumen*. Ginebra: OMS, 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/handle/10665/141455>. Acesso em: 30 nov. 2020.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 97-125, abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 Nov. 2020.

RAMIRO, Lucia et al. Gendered trends in early and very early sex and condom use in 20 European countries 2002-2010. *European Journal Public Health*, v. 25, suppl 2, p. 65-68, Mar. 2015. Disponível em: https://academic.oup.com/eurpub/article/25/suppl_2/65/590576/Gendered-trends-in-early-and-very-early-sex-and. Acesso em: 30 Nov. 2020.

REDE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Direitos humanos dos grupos vulneráveis: manual*. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://www.upf.edu/dhes-alfa/materials/DDGV_PORT_Manual_v4.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

SAWYER, Susan M. et al. Adolescence: a foundation for future health. *The Lancet*, v. 379, n. 9826, p. 1630-1640, 2012. Disponível em: [http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(12\)60072-5/abstract](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60072-5/abstract). Acesso em: 01 Nov. 2020.

SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques; NJAINE, Kathie. Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: busca de ajuda e rede de apoio. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 1121-1130, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2013000600009&script=sci_abstract. Acesso em: 01 out. 2020.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentido. In: SPINK, Mary Jane Paris (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez. 2004.

TEIXEIRA, Sérgio Araujo Martins; TAQUETTE, Stella Regina. Violência e atividade sexual desprotegida em adolescentes menores de 15 anos. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 440-446, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302010000400017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 ago. 2020.

TEIXEIRA, Ana Maria Ferreira Borges *et al.* Adolescentes e uso de preservativos: as escolhas dos jovens de três capitais brasileiras na iniciação e na última relação sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1385-1396, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000700004&lng=en. Acesso em: 27 abr. 2020.

UNBEHAUM, Sandra; CAVAZIN, Sylvia; GAVA, Thais. Gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 9., 2011, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278171100_ARQUIVO_Gen_Sex_Curric_Ped_ST19_FG9.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

UNESCO. *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*. Paris: Unesco, 2010. v. 1.

UNICEF. *Situação Mundial da Infância 2011 – Adolescência: uma fase de oportunidades*. New York: Unicef, 2011. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_19822.htm. Acesso em: 02 ago. 2020.

VERNANT, Jean Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

VIANNA, Cláudia. Mesa 2 – Sexualidade e gênero: experiências na formação docente I. *In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR*. São Paulo, 2013. *Relatório Final [...]* Brasília, DF: Unesco, 2014. p. 5-8.

ZANATTA, Luiz Fabiano. *A sexualidade de adolescentes em escola itinerante do MST no norte do Paraná*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Educação e Saúde na Infância e Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZAZA, Stephanie; KANN, Laura; BARRIOS, Lisa C. Lesbian, gay, and bisexual adolescents: population estimate and prevalence of health behaviors. *JAMA*, v. 316, n. 22, p. 2355-2356, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27532437/>. Acesso em: 30 Nov. 2020.